



ANEXO 1

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO

**Rio de Janeiro
2022**

ÍNDICE

1. Apresentação
2. Identificação da IES e dos Dirigentes
3. Identificação da Proposta
4. Infraestrutura administrativa e de ensino e pesquisa
 - 4.1. Estrutura administrativa do programa
 - 4.2. Caracterização do acervo bibliotecário
 - 4.3. Financiamentos
 - 4.4. Informações adicionais
5. Caracterização da proposta
 - 5.1. Objetivo geral
 - 5.2. Contextualização institucional e regional da proposta
 - 5.3. Histórico do curso
 - 5.4. Cooperação e intercâmbio
6. Área de concentração/linhas/projetos de pesquisa
 - 6.1. Descrição da área de concentração
 - 6.2. Descrição das linhas de pesquisa
 - 6.3. Descrição dos projetos de pesquisa
7. Caracterização do curso
 - 7.1. Objetivos do curso/perfil do profissional a ser formado
 - 7.2. Descrição sintética do esquema de oferta do curso
8. Estrutura Curricular
 - 8.1. Disciplinas obrigatórias
 - 8.2. Disciplinas obrigatórias e eletivas da Linha de pesquisa Instituições e Políticas Públicas
 - 8.3. Disciplinas obrigatórias e eletivas da Linha de Pesquisa Agendas das Políticas Públicas
 - 8.4. Disciplinas obrigatórias e eletivas da Linha de Pesquisa Direitos humanos e Políticas Públicas
 - 8.5. Estágio de docência, exame de qualificação, atividades complementares e defesa de dissertação
9. Corpo docente
 - 9.1. Vínculo e dedicação
 - 9.2. Titulação e produção
 - 9.3. Quadro docentes x disciplinas

10. Informações complementares

11. Documentos em anexo

1. Apresentação

Este documento apresenta a Proposta de Programa de Pós-Graduação em Direito, Nível mestrado Acadêmico, desenvolvida pelo Centro de Ciências Jurídicas – CCPJ – da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. As informações relacionadas segue estritamente o que exige a Capes para preenchimento do APCN.

2. Identificação da IES e dos Dirigentes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Reitoria: Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso
Vice-Reitoria: Prof. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa: Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico
Decania do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas: Profa. Dra. Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann
Diretoria da Escola de Ciências Jurídicas: Profa. Dra. Veronica Azevedo Wander Bastos
Coordenador do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito: Prof. Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

3. Identificação da Proposta

Nome do Programa: Programa de Pós-Graduação em Direito
Nível do curso proposto: Mestrado Acadêmico
Situação do curso: Em funcionamento
Histórico da Proposta na Capes: 2012
A IES possui graduação na área desde 1991

4. Infraestrutura administrativa e de ensino e pesquisa

Dispõe de:

Infra-estrutura exclusiva para o programa? Sim

Sala para docente? Sim

Sala para alunos equipados com computadores? Sim

Laboratório para pesquisa – recursos disponíveis:

01 Laboratório

10 Computadores

01 Impressora Laser com Scanner

Acesso internet Rede/wirelesse

Biblioteca ligada à rede mundial de Computadores? Sim

4.1. Estrutura administrativa do Programa

O PPGD é gerido pelo Coordenador do Programa e tem como substituto eventual o Vice-Coordenador do Programa. Ambos são eleitos pelo Colegiado, que é o órgão máximo do PPGD. Para apoio à Coordenação, há Comissões: Comissão de Bolsas, Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros, Comissão de Credenciamento e Recredenciamento Docente, Comissão de Seleção e Avaliação (que cuida dos processos seletivos discentes), Comissão de Recursos e, a mais recente, Comissão de Planejamento Estratégico e Autoavaliação.

O apoio administrativo é realizado pela Secretaria, que dispõe de uma servidora do quadro de pessoal estatutário da Universidade.

4.2. Caracterização do acervo bibliotecário

A Biblioteca Central - BC da UNIRIO está situada no Campus Urca 436/458 é a unidade coordenadora técnica e administrativa do Sistema de bibliotecas da UNIRIO e tem como missão “Fornecer apoio informacional ao desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão considerando todos os campos de atuação da UNIRIO”. Para tanto, deve cuidar do patrimônio informacional e fornecer suporte as atividades de ensino e pesquisa através da oferta de serviços e produtos que possibilitem o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, inovação e extensão da universidade.

O Sistema se constitui de uma Biblioteca Central e sete unidades setoriais localizadas em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro: Urca: Biblioteca Setorial do Centro de Letras e Artes, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia;

Botafogo: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; além das três unidades do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: Biblioteca Setorial do Curso de Medicina (Tijuca), Biblioteca Setorial do Instituto Biomédico (Centro da Cidade) e Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição (também na Urca). Estas unidades se encarregam do atendimento especializado à comunidade universitária nos diferentes endereços distribuídos pela cidade do Rio de Janeiro.

O horário de funcionamento da Biblioteca Central é de 09:00 às 21:00h (12 horas ininterruptas), cinco dias por semana. As unidades setoriais acompanham o horário de funcionamento das unidades onde estão abrigadas. Também ofertam serviços de biblioteca digital, vinte e quatro horas por dia, sete dias na semana, com acesso remoto aberto (fora dos campi) a todos os recursos de informação internos e externos (bibliografia), via Rede CAFÉ e Eduroam. Contato permanente através de redes sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp e canal youtube).

Dispõe de ambientes especiais de estudo, na BC dois salões de leitura coletiva, um salão de estudos individuais, 04 cabines de estudo em grupo, uma sala multimídia equipada com computador, lousa eletrônica e aparelho de videoconferência, fonoteca, Sala de Obras Raras e Especiais. Também oferece os Laboratórios Eterna, espaço de pesquisa multiusuários, destinado a conservação e restauro de papel, com posterior digitalização (*scanner* planetário), Laboratório de Informática Santander, com 15 microcomputadores para usuários; e um setor especial, de Biblioteca Infantojuvenil, com ênfase em literatura. Estes dois últimos serviços são abertos à comunidade externa da universidade.

O conjunto de bibliotecas da universidade conta com um acervo de títulos 101.662 sendo 4.240 títulos no Centro de Ciências Jurídicas e Políticas.

Mantemos os programas de depósito legal de obras: FAPERJ por doações, e OMT – Organização Mundial do Turismo, por compra, assim como diversas assinaturas de periódicos (dois pacotes de acesso a periódicos científicos com 16.765 títulos disponíveis, assinaturas de 07 bases de dados bibliográficas licenciadas, 182.594 licenças de e-books.

Ofertamos a nossa comunidade: terminal web para serviços de

consulta, renovação, empréstimos e reserva de obras, inclusive via móvel (software SophiA); busca integrada (EDS), Repositório Institucional - RI para armazenamento e divulgação da produção acadêmica da universidade, Portal de Periódicos da UNIRIO, Portal de conferências e Encontros Acadêmicos ocorridos na UNIRIO, software online para a geração automática de fichas catalográficas de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, além de tutoriais para uso dos recursos digitais disponíveis. Acesso ao Portal da Capes (integral), Biblioteca Virtual de Saúde (BIREME/OPAS), portal de saúde baseado em evidências (Ministério da Saúde). Pesquisa de anterioridade para patentes, parcerias com diversas instituições nacionais e internacionais para consulta e uso de acervos específicos. Na BC oferecemos o serviço de scanner de voz voltado para as questões de acessibilidade para alunos com deficiência visual, e abrigamos o projeto Ledor amigo, com 02 notebooks destinados ao estudo na Biblioteca.

Em todas as unidades do Sistema são oferecidos serviços de consulta local, scanner de autoatendimento para realização de cópias digitais dos itens do acervo (sob orientação das determinações da Lei de Direitos Autorais, lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), Comutação bibliográfica (COMUT), empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, inclusive internacional, e empréstimo de 1.051 tabletes. Também ofertamos treinamentos especializados em letramento digital e acesso à internet, possibilitando a consulta à literatura científica e tecnológica nos mais diversos sites especializados; Normalização Bibliográfica; Visita Guiada; Serviço de alerta (divulgação das obras recém-incorporadas ao acervo); Programa variado de exposições culturais e Guarda volumes.

4.3. Financiamentos

O Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) vem expandindo fortemente a interação com outras instituições e agências de fomento da produção científica no Brasil. Inicialmente, isso se deveu ao Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que ampliou o acesso à graduação de discentes e permitiu contar com docentes aptos à se dedicar enfaticamente à produção científica.

O Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO conta atualmente com projetos financiados e submetidos a financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB/MCT) dentre outros.

4.4. Informações adicionais

A Rede Unirio conta com infraestrutura de rede local com acesso à Internet banda larga (RedeCOMEP - RedeRIO - RNP), com velocidade de pelo menos 10 Gbps com os seus campi interligados pelo anel óptico da Rede Comep do Rio de Janeiro. Dois campi (hospital universitário e PROGEPE) possuem links comerciais, de velocidade de até 100MB, que funcionam como redundância para caso de haver interrupção do link principal. Os demais campi possuem abordagem dupla da Rede COMEP que permite uma alta disponibilidade. Os servidores da DTIC que proveem acesso dos usuários aos serviços disponibilizados possuem plataformas híbridas de Sistemas Operacionais - SO. Esses SOs são definidos, instalados e disponibilizados de acordo com as aplicações e exigências de cada serviço que ficará em operação. Destaca-se que 100% dos servidores alocados no Data Center da DTIC são virtuais, o que possibilita um ganho de performance dos serviços, backup de dados e otimização dos recursos de hardware dos equipamentos provedores. A gestão administrativa e acadêmica da universidade é realizada pelo Sistema de Informações (SIE), uma ferramenta ERP com os seus usuários definidos de acordo com o perfil de acesso de cada um. Para tramitação eletrônica de processos, a UNIRIO está em fase de implantação do SEI. A infraestrutura de rede de informática da UNIRIO, administra milhares de contas de usuários, distribuídas geograficamente nos 5 (cinco) campi, inclusive, CCJP, todos com acesso à Internet. Cabe ressaltar, que a universidade conta com laboratórios de informática no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, que também atendem a toda a comunidade acadêmica, e nos outros campi os laboratórios são para uso dos estudantes e professores com equipamentos que permitem o desenvolvimento de atividades e práticas acadêmicas. Os estudantes podem utilizar uma conta de e-mail institucional (@edu.unirio.br) que possibilita uma melhor interação com os professores além de possibilitar uma identidade digital da UNIRIO para os mesmos. Também está disponível para toda comunidade o acesso gratuito à ferramenta Office 365 Web para o

desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas. Possuímos também, o serviço de eduID da RNP, que emite certificados digitais para toda comunidade da universidade. Todos os campi da UNIRIO possuem acesso de Rede Wi-Fi que além da rede institucional (UNIRIO), possibilita o acesso por meio da rede Eduroam. No caso de acesso à Rede UNIRIO (cabeadas e sem fio) para visitantes, foi criada uma solução que possibilita aos servidores da universidade liberar o acesso por tempo determinado para que os mesmos possam utilizar plenamente os serviços.

5. Caracterização da proposta

5.1. Objetivo geral

O Mestrado Acadêmico no Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito justifica-se pela necessidade de capacitação de profissionais e acadêmicos como forma de fortalecimento da atividade institucional da UNIRIO e da pesquisa e pós-graduação na academia brasileira. A gestão pública, em especial, necessita de juristas qualificados em sua formação teórica para lidar com as questões do direito, de forma a avançar na institucionalidade necessária para ampliação da governança estatal e realização dos direitos em atendimento à justiça social. A criação e manutenção do curso permite proporcionar à instituição de ensino o atendimento de sua missão principal e seus objetivos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Se adequada ainda as finalidades da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – vinculado ao Ministério da Educação, que disponibiliza para as Instituições Superiores a proposta de criação e manutenção de cursos de mestrado e doutorado profissional e acadêmico com o objetivo de estimular o desenvolvimento da pesquisa no país, cujos índices vêm aumentando significativamente nas últimas décadas.

No que se refere ao objeto, propõe discutir a interface entre Direito e Políticas Públicas inserindo suas investigações no papel da ciência jurídica no processo de formulação, execução e implementação das políticas públicas para a realização dos bens e valores constitucionais, dos princípios, objetivos e programas definidos no pacto democrático fundamental ou no processo majoritário eventual.

5.2. Contextualização institucional e regional da proposta

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) pretende, com o Programa de Pós-Graduação em Direito, desempenhar a sua missão, prevista no Estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional, de atender à sociedade na qual se insere, de retribuir o investimento público que recebe, devolvendo-o à sociedade através da formação acadêmica e profissional, da pesquisa e da extensão.

O estudo do direito sobre as políticas públicas é um passo para a conquista dessa finalidade. O fenômeno jurídico é perscrutado como um dos aspectos de uma complexa teia formada por agentes públicos e privados quando se trata da implementação das políticas públicas.

Ensinar e aprender são aspectos indissociáveis do processo de construção do conhecimento e de formação dos novos mestres, como missões da universidade e, em particular, dos cursos de pós-graduação, que devem ter permanente compromisso com a pesquisa e com a inovação.

Na UNIRIO, a área de concentração em Direito e Políticas Públicas encaminha-se, a partir de sua proposta pedagógica à compreensão dos desafios inerentes às principais políticas públicas do Estado brasileiro, buscando aprimorá-las e propor soluções para os problemas identificados.

Educar é semear, cuidar e renovar constantemente. Almeja-se que a pós-graduação da UNIRIO reforce o seu papel institucional, com o procurado impacto positivo para a sociedade, ao promover a disseminação do debate científico que nela tem florescido sobre o direito e as políticas públicas.

Não há no Estado do Rio de Janeiro e são poucos nas demais unidades da federação, que tenham a oferta de uma Pós-Graduação em Direito com área de concentração de Direito e Políticas Públicas, que assume a posição científica de uma disciplina contemporânea e representa um desafio ao jurista, visto que através das ações governamentais que são realizados os princípios, objetivos, programas e direitos constitucionais e legais.

5.3. Histórico do curso

O Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) teve como base a Escola de Ciências Jurídicas (ECJ), fundada em 1991, cujo curso de graduação tem estado nos últimos anos entre os melhores do país segundo a avaliação do Exame de Ordem, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em 2009, o CCJP, no contexto do Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), incorporou duas novas Escolas - a Escola de Ciência Política (ECP) e a Escola de Administração Pública (ADM) - o que permitiu a realização de concursos para novos docentes, muito deles em regime de Dedicção Exclusiva, e a intensificação da pesquisa envolvendo alunos da graduação e, também, da pós-graduação mediante a criação, em 2010, do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD).

O PPGD surgiu e se consolidou inicialmente como um desenvolvimento natural da experiência acumulada pelo CCJP, sobretudo em função do alto nível de formação dos docentes (a maioria expressiva, quase totalidade, nas três Escolas, com título de doutorado) e da integração alcançada pelos três cursos de graduação.

Note-se que a escolha pela temática das relações entre o Direito e as Políticas Públicas é consistente com as três Escolas formadoras do Centro, o que dá ao Programa de Pós-Graduação um inegável caráter multidisciplinar e, também, inovador, vez que o estudo do Direito é feito dentro de um contexto específico do seu papel como indutor de políticas transformadoras e no qual o conhecimento construído por outras áreas (ciência política, administração) é imprescindível.

Através do Programa, a Universidade se propõe a desempenhar a sua missão, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional, que é a de atender à sociedade na qual se insere. O conhecimento das políticas públicas é um passo necessário para o cumprimento desse fim.

O PPGD funciona na cidade do Rio de Janeiro, que conta com vários outros programas de pós-graduação em direito. Contudo, trata-se de

uma proposta diferenciada, uma vez que recai sobre os fatores e conflitos jurídicos, políticos, econômicos e sociais imbricados na efetivação e consolidação dos direitos individuais e coletivos através do agendamento e da atuação concreta das políticas públicas levadas a cabo pelos poderes administrativos do estado e suas agências reguladoras. Cuida-se de uma proposta, portanto, distinta, haja vista que o Programa incorpora uma Área de Concentração, "Estado, Sociedade e Políticas Públicas", não contemplada em outros programas de pós-graduação em Direito na região. Não menos relevante, pretende identificar o fenômeno jurídico como um dos aspectos de uma complexa teia formada por agentes públicos e privados quando se trata da implementação de uma política pública e porque não entende o Direito, como às vezes ocorre nos estudos jurídicos, como uma única área de estudo que tenha pouca relação com as demais áreas do conhecimento.

Cumpram-se também que, dos discentes matriculados, vários se deslocam de outros Estados para cursar o Mestrado em Direito na UNIRIO. O fato revela que o Programa, apesar de relativamente recente, tem conquistado visibilidade nacional, o que é muito positivo. Esse aspecto se acentuou a partir de 2020, durante a crise sanitária, pois, com o funcionamento do curso por meio remoto, com emprego das tecnologias da informação e da comunicação, o deslocamento físico e a moradia no Rio de Janeiro deixaram de ser necessários, tendo o Programa recebido ainda mais alunos de outros Estados da Federação.

Mesmo os alunos oriundos do Estado do Rio de Janeiro provêm de diferentes instituições de ensino, revelando que não há tendências endógenas nos processos seletivos, o que contribui para uma maior diversidade do curso, sendo esta uma de suas principais características.

5.4. Cooperação e intercâmbio

O Programa de pós-graduação em Direito vem fortalecendo progressivamente seus acordos de cooperação, convênios e intercâmbios, para atender o aperfeiçoamento do curso de mestrado. Assim, utiliza-se de parcerias com instituições internacionais e nacionais de natureza acadêmica e profissional para o atendimento das finalidades do curso.

6. Área de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa

6.1. Descrição da área de concentração

A área de concentração é Direito e Políticas Públicas, que visa identificar a interface entre a forma de modelagem ou regulação jurídica promovida pelo Estado e os planos de ação governamental.

No Estado Constitucional e Democrático de Direito, há a consagração dos direitos e garantias fundamentais como forma de preservação do espaço de liberdade do cidadão em face do Estado e de promoção dos valores individuais, coletivos, sociais e difusos, porém, igualmente, representa a realização dos demais bens e valores constitucionais através da realização de princípios, objetivos e programas constitucionalmente garantidos.

As políticas públicas assumem, portanto, a dimensão de instrumentos não apenas de realização de planos de governo, mas de verdadeira adjudicação de bens e atividades necessárias à concretização dos serviços públicos como pressuposto à realização dos respectivos direitos fundamentais e, portanto, das condições materiais e procedimentais necessárias à uma existência digna em sua dimensão de autonomia privada e coletiva, individual e social.

Ademais, com as políticas públicas se materializam os princípios, objetivos e programas constitucionais, através de ações estatais voltadas à realização dos ditames da ordem constitucional econômica, social e política dentre outras, bem como, as finalidades pautadas na garantia da liberdade econômica e justiça social e os programas de realização dessa justiça redistributivas consagradas no pacto fundamental.

Para o Direito o estudo das políticas públicas representa a apropriação do papel da ciência jurídica e do jurista, na modelagem e análise do funcionamento das instituições, dos planos e dos sujeitos à partir do Direito em uma dimensão multidimensional dos programas e ações governamentais.

A área de concentração Direito e Políticas Públicas tem, portanto, por objetivo, a produção de conhecimento científico de relevância nacional e internacional sobre o Direito e Políticas Públicas, através

da formação de pesquisadores de perfil acadêmico aptos a realizar pesquisas científico-jurídicas dotada de inter, trans e multidisciplinariedade, desenvolvimento através de suas linhas de projetos de pesquisa relativos na área e a realização e apresentação à coletividade de atividades de impacto social e internacional na matéria.

6.2. Descrição das linhas de pesquisa

O Curso de Mestrado do PPGD é formado por 3 (três) linhas de pesquisa que funcionam como aglutinadoras dos projetos e temas de pesquisa desenvolvidos pelos seus docentes, discentes e egressos.

A linha de pesquisa “Instituições e políticas públicas” que passa a suceder e delimitar a antiga linha “Estado, Constituição e políticas públicas” tem por objetivo produzir investigações científico-jurídicas acerca da análise jurídica do papel das instituições, a saber, pessoas, poderes e órgãos públicos, enquanto sujeitos responsáveis precipuamente pelo planejamento, execução e controle das políticas públicas.

Pretende-se analisar, em estrito, as formas de seus *arranjos e interações*, a *legitimidade* de suas atuações, bem como o *controle e responsabilização* dessas instituições públicas e como tais elementos influenciam na modelagem, na implementação e na fiscalização dos planos de ação governamental.

A linha de pesquisa “Agendas das políticas públicas” que passa a suceder e delimitar a antiga linha “Direito, políticas públicas e sustentabilidade” tem por objetivo aglutinar pesquisas do Direito acerca dos debates jurídicos promovidos em relação à implementação dessas agendas políticas no âmbito dos programas estatais.

Busca verificar, de forma delimitada, como quatro paradigmas do Estado Contemporâneo, em especial, no Brasil tem sido incorporado através das políticas públicas, a saber, a *sustentabilidade*, o *desenvolvimento*, a *regulação* e a *governança*.

Por fim, considerada a necessidade de aglutinação para desenvolvimento sistemático de trabalho com objetos e metodologias comuns realizado pelos docentes e discentes do programa, cria a linha de pesquisa “Direitos humanos e políticas públicas” que tem por finalidade reunir produções acadêmicas acerca das proteções e promoções dadas aos destinatários das políticas públicas.

Cumpra abordar como as ações governamentais impactam no indivíduo singularmente considerado ou em sua relação como sociedade a partir de discussões dos *fundamentos éticos*, da *autonomia*, da *vulnerabilidade*, das *ações protetivas* e *responsabilização* nas políticas públicas de forma a realizar a justiça social e promoção da dignidade da pessoa humana.

Desta feita, a partir da área de concentração Direito e Políticas Públicas se articulam a análise pelo Curso de Mestrado do PPGD acerca de três eixos fundamentais os sujeitos – instituições – as suas pautas – agendas – e os seus destinatários – os direitos humanos.

6.3. Descrição dos projetos de pesquisa

Na articulação da área de concentração – Direito e Políticas Públicas – com suas linhas de pesquisa – “Instituições e Políticas Públicas”, “Agendas das Políticas Públicas” e “Direitos Humanos e Políticas Públicas” se articula o Curso de Mestrado do PPGD em 6 projetos de pesquisas, que permitam aglutinar seus docentes, discentes, egressos e eventualmente pesquisadores convidados.

Na linha de pesquisa “Instituições e Políticas Públicas” tem-se como projeto de pesquisas: “Arranjos, interações e disputas das instituições nas políticas públicas” e “Controle e responsabilização das instituições nas políticas públicas”.

No projeto de pesquisa “Arranjos, interações e disputas das instituições nas políticas públicas” busca promover investigações acerca de como a modelagem e atuação das instituições públicas ocorrem nos programas e ações governamentais, de modo que seus consensos e dissensos, em ambiente de dialética e diálogo institucional podem produzir acréscimo de legitimidade e contribuir

com o resultado das políticas públicas.

No projeto de pesquisa “Controle e responsabilização das instituições nas políticas públicas” pretende-se verificar estudos das formas de fiscalização estatal ou social, bem como, de responsabilização político ou administrativa das pessoas, poderes e órgãos estatais no âmbito do controle, fiscalização e execução das políticas públicas.

Na linha de pesquisa “Agendas das Políticas Públicas” tem-se como projeto de pesquisas: “Desenvolvimento sustentável e políticas públicas” e “Regulação e governança nas políticas públicas”.

No projeto de pesquisa “Desenvolvimento sustentável e políticas públicas” tem-se por finalidade verificar como determinadas agendas internacionais como a agenda 2030 são incorporadas pelos planos e ações governamentais brasileiros de forma a buscar implementar o paradigma do desenvolvimento sustentável.

No projeto de pesquisa “Regulação e governança nas políticas públicas” analisa-se como a implementação dos modelos de reforma econômica e administrativas ocorre por via das políticas públicas, de modo a determinar o papel regulatório estatal perante agentes privados e a construção de um *locus* de governança pública, sem desconsiderar o papel do *management* e da *governance* privada neste processo.

Na linha de pesquisa “Direitos humanos e Políticas Públicas” tem-se como projetos de pesquisa: “Fundamentos teóricos dos Direitos humanos nas Políticas Públicas” e “Sistemas de proteção dos Direitos Humanos nas Políticas Públicas”.

No projeto de pesquisa “Fundamentos teóricos dos Direitos Humanos nas Políticas Públicas” se investigam dentro das teorias filosófico-éticas, dogmático-jurídicas, sociais e decoloniais de gênero e raça um contraste entre os planos e ações governamentais implementados e a medida de proteção dos direitos e garantias humanas.

No projeto de pesquisa “Sistemas de proteção dos Direitos Humanos nas Políticas Públicas” estudam os instrumentos teóricos, normativos

e jurisprudências de proteção dos direitos e garantias humanas nas políticas públicas, bem como, as formas de responsabilização em caso de violação pelas ações estatais.

7. Caracterização do curso

7.1. Objetivos do curso/perfil do profissional a ser formado

O PPGD da UNIRIO, de maneira coerente com o PDI da Universidade, oferece uma proposta diferenciada de produção científica na medida em que o conhecimento das ciências jurídicas é complementado pelos provenientes da área de ciência política e da administração pública, construindo-se um Programa com uma única área de concentração - Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Esse corte epistemológico enseja que o direito seja compreendido, nessa perspectiva, sob a ótica de sua efetivação através dos modos processuais e institucionais de garantia, execução e sustentabilidade, com foco para a análise dos conflitos sociais e dos fatores jurídicos e políticos envolvidos na sua afirmação e implementação, ao tratar de direitos consagrados em nível regional, nacional ou internacional, cuja aplicação requer o concurso da sociedade, dos governos, da magistratura, dos organismos de controle e das agências internacionais.

São objetivos específicos do PPGD: a) a pesquisa científica sobre as políticas públicas, escolhendo-se, do ponto de vista institucional, algumas políticas prioritárias (segurança pública, saúde, educação, proteção ambiental, acesso à informação, por exemplo); b) a produção de dissertações de mestrado sobre os temas desenvolvidos nos grupos e projetos de pesquisa; c) a integração com os cursos de graduação da Universidade; d) a formação de professores, mediante o estágio docente; e) a divulgação científica, com a participação de professores, mestrandos e egressos em eventos.

7.2. Descrição sintética do esquema de oferta do curso

O Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO oferece para a produção de conhecimento docente e discente no Curso de Mestrado dentro de sua área de concentração – Direito e Políticas

Públicas – e suas linhas de pesquisa – Instituições e Políticas Públicas, Agenda das Políticas Públicas e Direitos Humanos e Políticas Públicas – ingresso anual docente e discente com número de vagas variáveis conforme as instâncias reguladoras tal qual a CAPES e as disposições da própria IE.

Os discentes deverão cumprir as regras de acesso e permanência no curso, bem como, todos os créditos obrigatórios e eletivos determinados pela Estrutura Curricular apresentando ao final um trabalho de conclusão de curso de acordo com disposto no regulamento do PPGD e nas normas superiores aplicáveis.

8. Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso do mestrado foi reestruturada e implantada a partir de 2015 com as alterações produzidas em 2022. Foi pensada para atender da melhor maneira, no tempo definido pela CAPES para a integralização do mestrado, as necessidades de formação dos futuros mestres, com variedade e atualidade de conteúdos.

O curso tem uma área de concentração e duas linhas de pesquisa. O mestrando deverá cumprir 16 créditos em disciplinas obrigatórias (comuns e dalinha), 8 créditos entre as disciplinas eletivas (preferencialmente na sua linha de pesquisa), 4 créditos no Estágio de Docência, 4 créditos no Exame de Qualificação, 4 créditos na Defesa de Dissertação e 4 créditos na atividades complementares para produção acadêmica (publicação de artigo científico, participação em banca, organização de evento...), totalizando 40 créditos.

8.1. Disciplinas obrigatórias das três linhas de pesquisa

São disciplinas obrigatórias para as três linhas de pesquisa: “Fundamentos para Direito e Políticas Públicas”, “Teorias de Direitos e Políticas Públicas”, “Metodologia de pesquisa em Direito e Políticas Públicas”.

A disciplina “Fundamentos para Direito e Políticas Públicas” apresenta as principais instituições da Teoria Geral do Estado e do Direito necessários para a compreensão e análise da interface entre Direito e Políticas Pública, em específico, quanto suas

convergências, divergências e zonas de tensões, bem como, suas críticas e necessárias reconstruções na teoria contemporânea.

A disciplina “Teoria de Direito e Políticas Públicas” apresenta os principais marcos teóricos de forma inter, trans e multidisciplinar de uma abordagem de Direito e Políticas Públicas, de forma a situar as questões insurgentes da disciplina e a dimensão dos seus problemas teóricos e dogmáticos a partir da produção recente internacional e nacional na área.

A disciplina “Metodologia de pesquisa em Direito e Políticas Públicas” apresenta as principais discussões acerca do método e produção do conhecimento científico-jurídico, com recorte, para as técnicas e instrumentos necessários para pesquisa empírica e teórica de Direito e Políticas Públicas.

8.2. Disciplinas obrigatórias e eletivas da Linha de pesquisa Instituições e Políticas Públicas

A linha de pesquisa “Instituições e Políticas Públicas” tem como disciplina obrigatória “Desenhos institucionais e políticas públicas” e como disciplinas eletivas “Poderes Públicos e políticas públicas”, “Financiamento de políticas públicas”, “Controle de políticas públicas” e “Federalismo e Políticas Públicas”

Há a previsão de uma disciplina eletiva “Tópicos especiais de Instituições e Políticas Públicas” permitindo que estudos dirigidos promovidos pelo docente permanente ou colaborador, bem como, docente no estágio pós-doutoral possa ser apresentado aos discentes.

8.3. Disciplinas obrigatórias e eletivas da Linha de Pesquisa Agendas das Políticas Públicas

A linha de pesquisa “Agendas das Políticas Públicas” tem como disciplina obrigatória “Agendas internacionais e Políticas Públicas” e como disciplinas eletivas “Políticas ambientais e sustentabilidade”, “Política urbana e desenvolvimento”, “Regulação econômica e Políticas Públicas”, “Governança corporativa e Políticas Públicas”.

Há a previsão de uma disciplina eletiva “Tópicos especiais de

Agendas das Políticas Públicas” permitindo que estudos dirigidos promovidos pelo docente permanente ou colaborador, bem como, docente no estágio pós-doutoral possa ser apresentado aos discentes.

8.4. Disciplinas obrigatórias e eletivas da Linha de Pesquisa Direitos humanos e Políticas Públicas.

A linha de pesquisa “Direitos Humanos e Políticas Públicas” tem como disciplina obrigatória “Teorias dos Direitos humanos e Políticas Públicas” e como disciplinas eletivas “Filosofia das Políticas Públicas”, “Liberdades e Políticas Públicas”, “Sistemas de responsabilidade e Políticas Públicas” e “Gênero, Raça e Políticas Públicas”.

Há a previsão de uma disciplina eletiva “Tópicos especiais de Direitos Humanos e Políticas Públicas” permitindo que estudos dirigidos promovidos pelo docente permanente ou colaborador, bem como, docente no estágio pós-doutoral possa ser apresentado aos discentes.

8.5. Estágio de docência, exame de qualificação, atividades complementares e defesa de dissertação

O estágio de docência são as práticas pedagógicas praticadas pelo discente conforme definido pelo seu supervisor no âmbito de suas atividades de ensino na graduação de acordo com o que dispõe o Regulamento de Curso do Mestrado do PPGD. Envolvem: a pesquisa e preparação de aulas; confecção de material didático; o planejamento, desenvolvimento ou acompanhamento de atividades dirigidas como estudos, seminários e minicursos; outras atividades pedagógicas. Os discentes bolsistas da CAPES, CNPQ ou outras agências de fomento exercerão estágio de docência no âmbito da Coordenação do PPGD que os distribuirá entre umas das atividades a serem desempenhadas

O Exame de Qualificação tem como objetivo contribuir para capacitação do discente quanto ao processo de planejamento e execução do projeto de pesquisa da dissertação e avaliar a aptidão do discente à defesa de dissertação. As diretrizes para realização do Exame de Qualificação é estabelecida no Regulamento do Curso de Mestrado do PPGD da UNIRIO. O Exame de qualificação

compreende a confecção do Memorial de Pesquisa que deverá conter: I. Projeto de Pesquisa definitivo com os elementos previstas no Regulamento do Curso. II. Material bibliográfico e/ou empírico levantado; III. 1 (um) capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso; IV. Sumário completo ainda que provisório; V. Cronograma de finalização do Trabalho de Conclusão de Curso, demonstrando a aptidão e disponibilidade em concluir sua participação no Programa.

As Atividades complementares são aquelas desenvolvidas pelo discente que compreende a organização ou realização de ações acadêmicas que não abranjam atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Estágio de Docência ou de atividades ensino realizadas nas disciplinas obrigatórias e eletivas do programa. Abrangem as realização das seguintes ações acadêmicas vinculadas à área de concentração, linha de pesquisa e projeto de pesquisa do discente: a) a organização de pelo menos 1 evento científico com palestrantes regionais, nacionais ou internacionais; b) a publicação de pelo menos 1 artigo em periódicos científicos QUALIS com extrato superior; c) a publicação de pelo menos 1 resumo ou texto completo em anais de evento local, regional, nacional ou internacional; d) a participação em 1 projeto de pesquisa; e) a participação em 1 projeto ou ação de extensão; f) a participação em seminários internos e eventos do programa;

9. Corpo docente

9.1. Vínculo e dedicação

Os docentes do Curso de Mestrado do PPGD da UNIRIO são servidores públicos federais com vínculo estatutário e, portanto, estabilidade institucional. Os docentes permanentes e colaboradores do Programa trabalham em regime de 40 horas semanais ou 40 horas semanais com dedicação exclusiva. Desde 2018, não há nenhum professor atuante que esteja vinculado à Universidade em regime de 20 horas semanais.

Todos os docentes dedicam pelo menos 20 horas semanais ao PPGD, dentro do patamar fixado pela Área do Direito na ficha de avaliação da CAPES de acordo com plano de trabalho apresentado no processo anual de credenciamento/recredenciamento de docentes. Todos tem como encargo lecionar e orientar na pós-graduação e na graduação garantindo a verticalização do ensino universitário.

9.2. Titulação e Produção

Todos os docentes vinculados ao PPGD no âmbito do Curso de Mestrado possuem o título de Doutor seja no Direito ou outras áreas dentro do percentual admitido pela CAPES de forma a garantir a necessária inter, trans e multidisciplinariedade.

Há uma vinculação entre a área de concentração, as linhas de pesquisa e os projetos de pesquisa com os temas investigados pelos docentes no âmbito do PPGD e com a sua produção acadêmica e profissional. O programa conta com docentes com experiência no âmbito do mestrado e de suas atividades com tema de Direito e Políticas Públicas.

Conforme determina o regulamento do PPGD o docente deve apresentar anualmente plano de trabalho com as atividades de ensino, pesquisa, extensão, internacionalização e outras previstas para o ano, bem como, o relatório do ano anterior caso esteja requerendo o credenciamento. Ademais, deve ter produção mínima bibliográfica nos termos do regulamento do Curso e do edital de credenciamento e de credenciamento.

9.3. Quadro docentes x disciplinas

Disciplina	Créditos	Docente
Obrigatórias comuns (12 créditos)		
Fundamentos para Direito e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Emerson Moura
Teorias de Direito e Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Maria Lucia
Metodologia de pesquisa em Direito e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Leonardo Mattietto
Obrigatórias das Linhas (4 créditos)		
Desenhos institucionais e Políticas Públicas (Linha 1)	4	Prof. Dr. Emerson Moura
Agendas internacionais e Políticas Públicas (Linha 2)	4	Prof. Dr. Andre Coelho

Teorias dos Direitos humanos e Políticas Públicas (Linha 3)	4	Profa. Dra. Edna Raquel
Eletivas da Linha 1 “Instituições e Políticas Públicas” (8 créditos)		
Poderes Públicos e políticas públicas	4	Prof. Dr. André Fontes
Participação social em políticas públicas	4	Profa. Dra. Claudia Gurgel
Controle de políticas públicas	4	Prof. Dr. Paulo Mendonça
Federalismo e Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Rosalina Correa
Tópicos especiais de Instituições e Políticas Públicas	4	Docente permanente colaborador ou Estágio pós-doutoral
Eletivas da Linha 2 “Agendas das Políticas Públicas” (8 créditos)		
Política urbana e desenvolvimento	4	Prof. Dr. Eduardo Domingues
Políticas ambientais e sustentabilidade	4	Prof. Dr. Paulo de Bessa
Regulação econômica e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Benedito Adeodato
Governança corporativa e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. José Gabriel
Tópicos especiais de Agendas das Políticas Públicas	4	Docente permanente colaborador ou Estágio pós-doutoral
Eletivas da Linha 3 “Direitos Humanos e Políticas Públicas” (8 créditos)		
Teorias dos Direitos humanos e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Edna Raquel
Filosofia das Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Maria Lucia
Liberdades e Políticas	4	Prof. Dr. Leonardo

Públicas		Mattietto
Sistemas de responsabilidade e Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Patricia Serra
Tópicos especiais de Direitos Humanos e Políticas Públicas	4	Docente permanente colaborador ou Estágio pós-doutoral
Outros créditos (12 créditos)		
Estágio de docência	4	Docente supervisor do PPGD
Exame de qualificação	4	Docente orientador do PPGD
Atividades complementares	4	Docente supervisor do PPGD
Defesa de dissertação	4	Docente orientador do PPGD

10. Informações complementares

Este projeto pedagógico do Curso de Mestrado do PPGD da UNIRIO não restringe todas as atividades desenvolvidas pelo programa.

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito desenvolve no âmbito do Curso de Mestrado projetos de extensão que buscam promover impactos econômico, social e cultural, em especial, na área onde está vinculado

Ademais, desenvolve projetos de internacionalização, inserção regional e visibilidade, que buscam inserir o Curso de Mestrado e a sua produção acadêmica no âmbito profissional demonstrando relevância e contribuição científica na comunidade nacional e internacional.